



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001900-92.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Transporte - SET

ASSUNTO: Reajuste à Carta-Contrato n. 22/2019 – Contratada: SEGUROS SURA S.A. – Serviços de seguro total para frota de veículos.

DESPACHO Nº 552 / 2024 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Transporte - SET no qual, após regular procedimento licitatório, operou-se a contratação de pessoa jurídica especializada na emissão de apólice de seguro total, incluindo cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, para-brisas, retrovisores, faróis e assistência 24 horas, da frota de veículos oficiais de propriedade deste Tribunal, pelo período de 12 (doze) meses ([0437712](#)), contados a partir de 07/01/2020, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados na Carta-Contrato n. 22/2019 ([0479045](#)), atualmente em plena vigência até o dia 06 de janeiro de 2025 ([1102008](#)).

Por meio da Informação n. 19/2024 ([1125054](#)), a unidade gestora noticiou que solicitou à contratada a inclusão dos novos veículos em substituição aos constantes na apólice, tem o valor estimado em **R\$ 7.862,53 (sete mil e oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos)**. Em complemento, a unidade explicou, mediante a Informação nº 22/2024 ([1125541](#)), que o acréscimo contratual representa cerca de 16,5437% do valor original e que se justifica pela substituição de 06 veículos por outros automóveis novos, na mesma quantidade.

O Secretário da SAOFC encaminhou os autos, concomitantemente: à COFC, para prestar informações acerca da previsão de execução da presente despesa no exercício financeiro de 2024; à SECONT, para elaboração da minuta de instrumento contratual; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([1126281](#)).

O Coordenador da COFC, via Despacho nº 322/2024 ([1126514](#)), realizou o ajuste no planejamento orçamentário da SAOFC. A SPOF realizou a programação orçamentária ([1126558](#)).

Após diligências solicitadas pela AJDG, a SET apresentou nova proposta da contratada, de 24/04/24 ([1156015](#)) que detalha separadamente os valores dos prêmios dos seguros dos veículos que serão incluídos e excluídos na apólice e informou que as substituições de veículos na apólice



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

produzirão o acréscimo de 23,29% e a supressão de 11,65% ao valor atualizado do contrato de R\$ 67.525,79 (sessenta e sete mil quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e nove centavos) ([1156016](#)).

Realizadas as diligências, a SECONT elaborou a Minuta do Termo Aditivo nº 05 à Carta-Contrato nº 22/2019 ([1156248](#)) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC ([1156298](#)).

A AJSAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 87/202 ([1156925](#)), concluiu pela possibilidade jurídica do acréscimo de 23,29%, equivalente ao valor de R\$ 15.726,39 (quinze mil setecentos e vinte e seis reais e trinta e nove centavos) para cobertura do seguro dos 6 (seis) novos veículos da frota deste Tribunal e a supressão de 11,65%, equivalente ao valor de R\$ 7.863,86 (sete mil oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos) pela exclusão da apólice dos veículos substituídos, com fundamento no art. 65, I, "b" c/c o § 1º da Lei nº. 8.666/93 e na Cláusula Sétima, "n" da Carta-Contrato nº 22/2019. Por fim, em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, aprovou os termos da minuta apresentada pela SECONT ([1156248](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se nos mesmos termos de sua assessoria jurídica ([1157028](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

A presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da **Lei n. 10.520/2002**, com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

Verifica-se que a Carta-Contrato nº 22/2019 admite alteração da lista de veículos segurados por aquisição ou substituição dos automóveis, em virtude de previsão expressa em sua Subcláusula Segunda da Cláusula Primeira:

Subcláusula Segunda - A tabela da frota de veículos do TRE-RO inserida no Termo de Referência consta reproduzida no anexo II deste instrumento, sendo que, durante a vigência do seguro, essa tabela poderá ser alterada, tendo em vista a necessidade de supressão ou substituição



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de veículos, ou, ainda, de inclusão de novos veículos (...)

No entanto, conforme asseverado pela AJSAOFC, não é permitido que haja a compensação entre acréscimos e supressões em contratos administrativos. Essa diretriz visa a **evitar burla aos limites legais** de alterações contratuais, especialmente o limite de **25%** sobre o valor original do contrato, previsto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993. Nesse sentido, o TCU posiciona-se desta forma:

A jurisprudência deste Tribunal é pacífica no sentido de entender, como regra geral, para atendimento dos limites definidos no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993, que os acréscimos ou supressões nos montantes dos ajustes firmados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública devem ser considerados de forma isolada, sendo calculados sobre o valor original do contrato, vedada a compensação entre seus valores. (Acórdão nº 1.536/2016 – Plenário do TCU) [GRIFO NOSSO]

Nesse sentido, a SET apurou que o aditivo pretendido produzirá o **acréscimo de 23,29%** e a **supressão de 11,65%**. Portanto, mesmo desconsiderando a compensação, os valores apresentados estão dentro dos parâmetros permitidos pela Lei (art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993).

Por fim, o item 2.4.14 do Anexo I do instrumento contratual determina que, em caso de substituição de veículos, a Seção de Transportes deverá realizar 2 (dois) orçamentos com outras seguradoras a fim de vincular a contratada ao orçamento de menor valor. Entretanto, verifica-se que, mesmo após diversas tentativas, a SET apenas obteve êxito em conseguir 1 (um) orçamento, apresentado pela seguradora MAPFRE ([1148685](#)). Pela análise deste orçamento, verifica-se que os preços da seguradora SURA são muito inferiores, razão pela qual convém que a Administração os mantenha conforme o documento de proposta da contratada ([1156015](#)).

Por todo exposto, diante da possibilidade de alteração contratual prevista no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei n. 8.666/93, bem como do preenchimento de todos os requisitos legais, considerando a delegação constante do artigo 1º, II, da Portaria TRE-RO nº 66/2018:

a) autorizo o acréscimo contratual no percentual de 23,29% (vinte e três inteiros e vinte e nove centésimos por cento) sobre o valor da Carta-Contrato nº 22/2019/TRE-RO (evento n. [0479045](#)), correspondente ao valor de R\$ 15.726,39 (quinze mil setecentos e vinte e seis reais e trinta e nove centavos), em face da inclusão de 06 (seis) veículos novos na apólice, de acordo com as Informações n.º 19, 22 e 66/2024 - SET (eventos n. [1125054](#), [1126268](#) e [1156016](#)) e proposta apresentada pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratada constante no evento n. [1156015](#), com fundamento no art. 65, I, "b" c/c o § 1º da Lei nº. 8.666/93 e, ainda, na Cláusula Sétima, "n" da Carta-Contrato nº 22/2019 (evento n. [0479045](#)); e

b) autorizo a supressão contratual no percentual de 11,65% (onze inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) sobre o valor atualizado da Carta-Contrato n. 22/2019 (evento [0479045](#)), correspondente ao valor de R\$ 7.863,86 (sete mil oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos), em face da exclusão de 06 (seis) veículos na apólice, de acordo com as Informações n.º 19, 22 e 66/2024 - SET (eventos n. [1125054](#), [1126268](#) e [1156016](#)) e proposta apresentada pela Contratada constante no evento n. [1156015](#), com fundamento no art. 65, I, "b" c/c o § 1º da Lei nº. 8.666/93 e, ainda, na Cláusula Sétima, "n" da Carta-Contrato nº 22/2019 (evento n. [0479045](#)).

À SAOFC, para prosseguimento do feito, com vistas à efetivação da prorrogação pretendida. Dada a proximidade do término da vigência contratual, oriente-se a unidade para que a instrução dos autos com vistas a prorrogação seja realizada com mais antecedência.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 08/05/2024, às 10:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1159000** e o código CRC **C100DDA5**.